

## **Fases do patrimônio em Goiás (Brasil): da gênese colonial à tardia preservação <sup>1</sup>**

**Luana Nunes Martins de Lima**

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0374-0488>

E-mail: [prof.luanunes@gmail.com](mailto:prof.luanunes@gmail.com)

**Resumo:** O artigo apresenta as fases do patrimônio cultural em Goiás (Brasil), a partir de uma análise espaço-temporal, correlacionando a formação do território goiano com a dinâmica das políticas patrimoniais projetadas nacionalmente. Para tal, realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa documental na 14<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-GO) e na Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (SECULT - Goiás). A trajetória do patrimônio goiano é problematizada a partir da seleção daquilo que, na história nacional, considera-se como pontos basilares: 1) Ciclo do Ouro e a dita “decadência”; 2) Projeto de modernização e integração nacional; 3) Consolidação das políticas institucionais de patrimonialização. A discussão aponta para as implicações das ações tardias em defesa do patrimônio edificado ante ao projeto de modernização que se impunha, bem como para a ruralidade e sua expressão nas cidades goianas como marca efetiva do patrimônio cultural ainda preservado em diversas práticas e saberes.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Arquitetura Vernacular; Modernização; Ruralidade; Goiás.

591

### **Heritage phases in Goiás (Brazil): from colonial genesis to late preservation**

**Abstract:** The article presents the phases of cultural heritage in Goiás (Brazil), based on a spatiotemporal analysis, correlating the formation of the Goiás territory with the dynamics of heritage policies nationally projected. For such, a bibliographical review and documentary research were carried out at the 14<sup>th</sup> Regional Superintendence of *National Historic and Artistic Heritage Institute* (IPHAN - GO) and at Goiás State Secretary of Culture (SECULT - Goiás). The trajectory of the heritage of Goiás is questioned based on the selection of what, in national history, are considered as basic points: 1) Gold Cycle and the so-called “decadence”; 2) Modernization and national integration project; 3) Consolidation of institutional patrimonialization policies. The discussion points to the implications of late actions in defense of the built heritage before the modernization project that was imposed, as well as to rurality and its expression in the cities of Goiás as an effective mark of the cultural heritage still preserved in various practices and knowledge.

**Keywords:** Heritage; Vernacular Architecture; Modernization; Rurality; Goiás.

**Texto recebido em: 22/06/2020**

**Texto aprovado em: 16/11/2020**

## Introdução

Em pesquisa realizada entre 2014 e 2017 buscou-se demonstrar como o patrimônio cultural de cidades goianas do período colonial foi marginalizado no campo das políticas institucionais de preservação do patrimônio das várias instâncias. Concluiu-se que as cidades investigadas, apesar dessa condição de “esquecimento”, são detentoras de um patrimônio vivo que resiste em diversos elementos de memória local (LIMA, 2017). Neste artigo, o objetivo é apresentar as fases em que o patrimônio dessas cidades goianas foi produzido (desde o empreendimento colonial do bandeirantismo) e reconhecido como patrimônio, a partir de uma análise espaço-temporal de Goiás, considerando sua posição no cenário nacional. Os procedimentos adotados para a análise foram: revisão bibliográfica, pesquisa documental na 14ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-GO), levantamento de dados secundários no portal do IPHAN e na Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás – (SECULT - Goiás) e pesquisas de campo nas cidades selecionadas para a análise empírica: Pilar de Goiás, Crixás, Porangatu, Goiânia e Cidade de Goiás.

Esta análise espaço-temporal correlaciona a formação do território goiano com a trajetória das dinâmicas e políticas patrimoniais projetadas nacionalmente, indicando as negligências e a valorização como contrapontos. A análise foi sistematizada de acordo com algumas fases, as quais se justificam pela direta associação com a produção e com o tratamento do patrimônio em terras goianas: A *primeira fase* inicia-se com a ocupação das Minas Goyazes<sup>2</sup> para as atividades da mineração, a partir de 1722, e a consolidação de uma arquitetura vernacular que caracterizou o patrimônio goiano, sobrevivendo de posterior declínio da atividade, arrefecimento populacional e abandono de inúmeras residências e outros tipos de edificações. A *segunda fase* é marcada pela embrionária integração econômica na Primeira República que colocou Goiás rumo à modernização pelos trilhos da ferrovia. Na década de 1930, ocorre a implementação rodoviária e a construção da nova capital, Goiânia, juntamente com políticas incentivadoras de ocupação da região. A ideologia do progresso influenciou as novas formas de conceber as cidades, o que reverberou no tratamento dado ao patrimônio. A *terceira fase* enfatiza a dialética entre a pretendida modernização do território e os discursos sobre a preservação patrimonial com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (SPHAN), bem como as tardias e seletivas ações em prol da preservação do patrimônio em Goiás.

Nesse contexto, os espaços e conteúdos rurais que marcaram os primórdios da ocupação em busca do ouro e a reprodução da “Fazenda Goiana<sup>3</sup>” não foram reconhecidos pelo movimento intelectual que coordenava o reconhecimento do patrimônio nacional. O Modernismo colocou em cena a temática do patrimônio e até denunciou a situação de descaso de muitas cidades “históricas” brasileiras, mas impôs critérios de atribuição de valor que priorizavam o patrimônio de pedra e cal, sob a justificativa do “caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social” (FONSECA, 1997, p. 98-99).

Costa (2012) identifica que os lemas *Progresso, modernização e integração territorial* dão a tônica de uma nação imaginada, no Brasil Imperial, a qual se buscou concretizar, ao longo do século XX, à custa da seleção do que se pretendia como símbolos identitários nacionais. Evidentemente, as referidas cidades goianas não se enquadravam a este critério, talvez porque sua arquitetura vernacular apresentasse um barroco pouco expressivo, considerando os parâmetros artísticos em que a opulência e o fausto relativos a esta arte balizavam a eleição do que representaria o Estado-nação, como esclarece Costa (2012). Entretanto, a realidade atual do patrimônio em Goiás permite pensá-lo – no seu contexto de ruralidade e tradição – como uma produção cultural sertaneja, consolidada em uma conjuntura particular no processo de formação do território nacional, que sedimentou práticas, valores, códigos, símbolos e significados, ainda hoje permanentes em muitos lugares.

### **Primeira fase: o Ciclo do Ouro e a “decadência” econômica do período pós-mineratório – a consolidação de uma arquitetura vernacular que caracterizou o patrimônio goiano**

A análise do patrimônio em Goiás e sua condição atual, inevitavelmente, nos leva a considerar a raiz histórica da urbanização do sertão goiano a partir do estatuto colonial, que, na busca pelo ouro e por pedras preciosas, estendeu-se de Minas Gerais, na bacia do Parnaíba, até o vale do Araguaia-Tocantins, onde se situavam as “Minas Goyazes”.

A fundação de muitas cidades goianas e a sua atual situação em termos de representatividade histórica e patrimonial estão inseridas no mesmo contexto. Foram arraiais que, segundo Chaul (2010), tiveram seu apogeu no período da mineração do ouro, quando em algumas cidades, sobretudo Vila Boa e Santa Luzia, as jazidas haviam se esgotado. Neste contexto, iniciou-se o povoamento Lde outras áreas da província. Nem todas as áreas povoadas tornaram-se cidades consolidadas. Surgiram, entraram em “decadência” e, das reminiscências urbanas, resistiram como pequenos núcleos de povoamentos esparsos.

Como reflexo dessa trajetória de povoamento da região durante o período minerador colonial, o barroco em Goiás, tal como no Brasil e mesmo na América Latina, assumiu feições próprias, à revelia da Europa e com particularidades as mais variadas, como se pode constatar em Funari e Pelegrini (2009), Costa (2015) e Etzel (1974).

Costa (2015) estabeleceu uma periodização, elegendo cinco momentos significativos da formação das cidades coloniais barrocas de Minas Gerais na antiga zona mineradora, exploradas a partir da universalidade de seus elementos constitutivos:

1. As cidades coloniais como particularidade de um devenir universal – o barroco emerge enquanto ‘evento’ global que ganha feição particular, nos núcleos da mineração no Brasil do século XVIII, envolvidos pela dinâmica da economia mundial e da economia mundo (Braudel, 1995) que favorecem a *gênese do patrimônio* no Brasil.

2. As cidades coloniais como territórios de identidade, quando o barroco é reconhecido como símbolo cultural do novo Estado-nação, na década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas e a criação do SPHAN; o que significa a fase da produção simbólica do patrimônio no Brasil.

3. As cidades coloniais como territórios de identidade do capital, com a incipiente projeção mercantil do barroco, nos anos de 1960, fase do ‘empreendedorismo urbano’ (Harvey, 2005) e da concomitante elaboração de cartas internacionais que apontam para a possibilidade de mercantilização dos centros históricos, internacionalmente, o que leva à projeção inicial do patrimônio no Brasil.

4. As cidades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria na fase da *banalização pela cenarização progressiva do patrimônio* que conduz à reinvenção do barroco e à ‘recolonização’ dos centros históricos, após a década de 1990, induzindo a uma nova dinâmica territorial nas cidades históricas, que urgem serem entendidas como totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”.

5. As cidades coloniais barrocas – como possibilidade de vir a ser – de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população. (COSTA, 2015, p. 59).

A importância da análise de Costa (2015) está justamente em não limitar o barroco como expressão e/ou manifestação artística/paisagística material na paisagem das cidades coloniais mineiras, mas sim como essencialidade de uma época, como “rugosidades” que “podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos, sistematizadas (...). Representam ideologias, valores e formas de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas, materializadas no espaço, em seu sentido híbrido” (COSTA, 2015, p. 65). Assim, ao lançar o olhar para o barroco das cidades coloniais mineiras, o autor reconhece que, para entendê-lo, não se pode recorrer apenas à explicação de sua evolução enquanto estilo e sua influência nas cidades europeias, ou mesmo da influência destas às formas do barroco brasileiro; ainda não se pode fazer qualquer comparação espiritual ou filosófica entre o momento europeu e o momento brasileiro dessa arte. Antes “faz-se necessário, pois, o entendimento do movimento histórico-econômico que engendra o avanço da sociedade moderna, calcado no Absolutismo como ‘poder ilimitado’”, manifesto na onipresença do Estado e na dominação dos territórios (COSTA, 2015, p. 73).

A mineração do ouro, no Brasil Colônia, caracterizava-se, em seus primórdios, pelo trânsito rápido dos mineradores em busca das pedras preciosas por vastas áreas, mas o processo de fixação de residências ocorreu diferentemente nas capitanias de Minas Gerais e nas Minas Goyazes. Esta última, teve suas características culturais moldadas em condições muito peculiares. O barroco goiano remete a uma nova expressão cultural e de comportamento, fruto do ajuntamento de povos, da busca pelo ouro e da pressa, fazendo-se distinto de Minas Gerais.

O ouro recolhido dos rios da região servia para a edificação de suntuosos altares da Bahia e do Rio de Janeiro, era remetido para Portugal sob a forma de quintos, ou era contrabandeado, restando pouco para os próprios núcleos urbanos que se formavam ou para qualquer composição artística do barroco regional, conforme aponta Freitas (2011). Além disso:

As triturantes realidades da vida cotidiana, o esforço despendido visando ao enriquecimento e à sobrevivência esgotaram o tempo e as energias de quantos se deslocaram para os ermos de Goiás. As distâncias imensas, o isolamento dos núcleos urbanos, a instabilidade e a turbulência impediram a concentração de artífices e artesãos, como, por exemplo, os que viabilizaram o desenvolvimento do barroco mineiro (FREITAS, 2011, p. 57-8).

Magalinski (1984, p. 128) afirma que, ainda que no período de emancipação da Capitania (1726-1749) os comerciantes mais abastados e as autoridades tenham cogitado a edificação de residências de caráter definitivo, não havia construtores capazes de executar serviços considerados de bom padrão. A mesma mão de obra escrava utilizada na mineração era explorada para as edificações. Ele ainda registrou que “as casas eram muito primitivas, feitas às pressas, de taipa de pilão e sua cobertura era de sapê”.

Van Eijk e Souza (2006, p. 21) afirmam que:

a arquitetura colonial edificada em Goiás acompanhou as linhas gerais da casa brasileira vernácula do período, mas apresentava algumas características particulares. Na arte, particularmente nas pinturas de forros e imagens de santos, é possível perceber que a inspiração foi claramente barroca. Tanto nas construções civis como nas religiosas, a técnica de construção mais generalizada, de começo, foi a taipa de pilão. Simultaneamente, na grande maioria dos casos, e de forma particular na área goiana, usou-se uma ossatura de madeira dupla, interna e externamente. O aspecto geral das edificações era extremamente sóbrio, mesmo nas igrejas ou prédios de maiores dimensões e importância.

Etzel (1974) é um dos poucos autores que se debruçou sobre a existência das construções remanescentes de estilo barroco goiano. A princípio, conhecia as igrejas do século XVII e XVIII da costa norte do país e grande parte das mineiras, mas estranhou que pouco ou nada existisse publicado sobre as construções barrocas de Goiás. De sua pesquisa, surgiu “o conhecimento da presença generalizada do barroco no Brasil colonial, mas com duas feições, a rica, já conhecida, e a pobre, ainda não divulgada” (ETZEL, 1974, p. 17). Com formação em psicanálise, buscou unificar o conceito do barroco no país, fazendo uma leitura de suas raízes emocionais, o que deu origem ao que ele chama de “Psicologia do Barroco no Brasil”.

Ao visitar grande parte das antigas povoações de Goiás, o autor encontrou, sobretudo em igrejas setecentistas, manifestações de uma arte barroca criada por um conglomerado populacional, cujas características se ajustariam perfeitamente à expressão artística da época. A arquitetura que se desenvolvia tinha feição barroca, mas a pobreza da região, contudo, não permitia certos requintes, como os que eram encontrados em Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Ouro Preto. Era uma tipologia “simplificada” do barroco misturada com elementos clássicos que, provavelmente, eram inspirados em gravuras vindas da Europa.

O homem barroco, com suas limitações, deixou em Goiás os vestígios de sua passagem, que ainda podem ser admirados entre as ruínas de velhos arraiais de mineração ou nas igrejas ainda conservadas de algumas cidades que escaparam à decadência dos séculos XVIII e XIX. A grande maioria das igrejas do século XVIII são ruínas ou mesmo desapareceram. Muitas foram ‘reformadas’ a ponto de não guardarem qualquer semelhança com o monumento original. Muitas ainda sobreviveram, deformadas por reformas que acrescentaram ou suprimiram partes importantes (ETZEL, 1974, p. 186).

Etzel (1974, p. 225) também identificou a presença de colunas lisas, oriundas do movimento artístico clássico, inspirado nas gravuras que reproduziam a estrutura renascentista tão impregnada das linhas simples e rígidas que precederam o barroco, considerando a falta de habilidade artística como razão para a adoção de partidos mais simples e de fácil execução.

Etzel (1974) visitou onze localidades do estado, todas são povoações do século XVIII e ligadas ao ciclo do ouro: Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás), Ferreiro, Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Santa Luzia (Luziânia), Santa Cruz (Santa Cruz de Goiás) e Pilar de Goiás, como também Paracatu (Minas Gerais) – passagem obrigatória da época e, por isso, importante na avaliação comparativa do barroco goiano, como também colheu material dos resíduos de Ouro Fino (Museu das Bandeiras de Goiás), além de informes sobre a cidade de Natividade – zona de antiga mineração situada a 800 quilômetros da Cidade de Goiás. Em cada uma dessas localidades, analisou os resíduos do ciclo do ouro que representa, segundo suas próprias palavras, “um barroco peculiar às condições próprias deste sertão longínquo”, cuja descrição “permitirá reconstituir, na fantasia de cada um de nós, o que foi o fausto goiano do século XVIII” (ETZEL, 1974, p. 186). Segue-se uma visão generalizada das observações:

Observando-se o exterior das construções do século XVIII no Estado de Goiás, logo se destaca a pobreza em ademanos barrocos. Via de regra, as igrejas são simples, lisas, sem maiores preocupações arquitetônicas, muito de acordo com as características de época já assinaladas. O barroco arquitetônico é razoável na fachada da igreja da Boa Morte e modesto na pequenina Igreja da Abadia, ambas em Vila Boa de Goiás. As melhores construções são o chafariz barroco de Vila Boa (...) e a cadeia local, de meados do século XVIII; por serem próprios da coroa, tiveram os riscos e a construção amparados por técnicos competentes. Esta constatação reforça nossa opinião sobre a pobreza dos recursos não oficiais, únicos que então existiam para a assistência aos devotos nas suas construções religiosas. É no interior dos templos que se evidencia um apuro maior no afã de enaltecer a glória de Deus. Na pobreza do meio aurífero todas as igrejas, sem exceção, têm apenas os altares de construção barroca ou posterior

neoclássica. Não encontramos igrejas com riqueza de talha cobrindo suas paredes laterais ou emoldurando quadros a óleo, como se pode observar em certas igrejas mineiras ou nas portentosas construções religiosas da orla marítima. (...) Goiás, pobre, cingiu-se aos altares, que contêm em sua simplicidade despreziosa elementos de construção inegavelmente barroca, indicando uma aplicação, ainda que modesta, das técnicas em uso no século XVIII (ETZEL, 1974, p. 186-187).

A urbanização dos aglomerados mineradores em Goiás seguiu os moldes estabelecidos pelo próprio sistema colonial. De acordo com Coelho (1996), geralmente, fundava-se um pequeno núcleo às margens do aluvião, uma capela em um ponto mais alto e plano em homenagem ao santo padroeiro, e duas ou mais ruas afastadas ou que interligassem estas duas centralidades do arraial, onde residiam os proprietários das datas auríferas. Boa parte desses núcleos urbanos foram assentados em encostas ou no fundo de vales. Além disso, há uma ideia de “senso do provisório”, que é uma característica do período colonial. As ruas principais do núcleo, normalmente denominadas “rua Direita”, via de regra, centralizavam o comércio e as atividades públicas e estabeleciam a ligação entre dois pontos principais da cidade, como os pátios das igrejas mais importantes, a cadeia ou o palácio. Essa configuração permanece visível nas cidades coloniais goianas que tiveram o núcleo pioneiro preservado, apesar da expansão do tecido urbano.

Coelho (1997, p. 145) endossa que o barroco em Goiás “apresenta-se nos detalhes, no emprego de elementos característicos, na utilização da simbologia própria do movimento”. Algumas igrejas apresentam plantas octogonais, recorrentes no simbolismo barroco, as quais se ajustam por dois retângulos: nave e capela-mor, de larguras diferentes e separados pelo arco cruzeiro. As plantas originais dos edifícios oficiais, como a Câmara e Cadeia, Igrejas e Palácio vinham diretamente de Portugal. Contudo, estas plantas eram simplificadas ante a falta de recursos e profissionais, de forma que elementos decorativos inerentes ao barroco eram suprimidos.

Ainda assim, a construção de muitas igrejas em território goiano representou o período de relativo bem-estar da sociedade e de ostentação de “luxo”, quando também foram construídos casarões e construções públicas que apresentavam um perfil arquitetônico similar. Contudo, esse período de “glória” nas cidades da mineração em Goiás teve curta duração. A partir de 1775, com o esgotamento das jazidas e a descoberta de outras, iniciou-se o êxodo da população. Boa parte dos

arraiais na região passavam pela mesma recessão, o que dificultava ainda mais o desenvolvimento das atividades agropecuárias, pois não havia mercado consumidor. Bertran (1997, p. 2) afirma que “o grosso da população afazendava-se nas roças – subsistia – enquanto a mineração passava a ser coisa dos muito ricos senhores de escravos ou dos paupérrimos garimpeiros e faiscaidores negros, livres ou libertos”.

Muitas vilas e arraiais ficaram fora da rota do comércio e passaram décadas “isolados<sup>4</sup>”, o que por um lado favoreceu a preservação parcial do seu patrimônio histórico, por outro as tornaram cidades “esquecidas”. Algumas, ermas pelo abandono, hoje se transformaram em escombros pelo descaso, tais como Santa Rita, Anta, Ferreiro, Ouro Fino, Pilões, Maranhão, São Miguel das Tezouras, Cocal, Forte, Água Quente, Traíras, Amaro Leite, São Félix e Pontal.

A condição de “isolamento” estaria associada ao fato de as condições naturais favorecedoras da mineração não serem as mesmas propícias ao comércio de abastecimento da capital e a exportação de produtos agrícolas, o que manteve os interesses econômicos do Brasil (mais precisamente da região Sudeste) voltados para a expansão das províncias do centro-sul (CHAUL, 2010). As vilas e arraiais goianos foram formações urbanas que se irradiaram a partir do pioneiro Arraial de Sant’Anna (Vila Boa, e atual Cidade de Goiás), a partir da década de 1720. Dali desencadeou-se um processo esparso de ocupação territorial, sobretudo nas regiões Centro-Norte, Nordeste e Sudeste, deixando vazios outras regiões e dificultando ainda mais os acessos e as comunicações.

Chaul (2010, p. 25) buscou entender como a ideia de “decadência” ganhou força, tendo como bases, implícitas e explícitas, as referências a “um passado glorioso, a uma sociedade de fausto esplendor, que não chegou a uma existência comprovada, nem deixou para Goiás uma herança que a justificasse”. Para a compreensão da condição do patrimônio material reminescente ou em ruínas, a inexistência de “uma herança que justificasse” remete a esse tímido legado na arquitetura e nas artes.

Se em Minas, cidades coloniais consagradas pela autenticidade do barroco representavam a “civilização” que deu forma-conteúdo a uma dinâmica urbana que não finda com a mineração, como argumenta Costa (2015) nos itens 2, 3 e 4 da periodização apresentada anteriormente, em Goiás há uma clara relação entre a tipologia do barroco encontrada nas cidades da mineração e a imagem de atraso, decadência e isolamento. Tal imagem foi largamente apregoada pela historiografia

de Goiás, construída sobre as bases de relatos de viajantes, sobretudo no período pós-mineratório, os quais expuseram com ênfase a efemeridade da exploração aurífera, a ausência de opulência e a existência de atividades agropecuárias aliadas a uma situação geográfica peculiar que induzia à instabilidade dos fluxos. Além disso, de acordo com Costa (2015) o barroco reafirmava a presença da religião oficial mediante as artes (esculturas, pinturas, músicas), festividades e culto religioso, para o controle e pelo poder de dominação. Em Goiás, a presença de párocos se dava em raras ocasiões, normalmente nas festas anuais de padroeiros, como atesta a própria historiografia (SAINT-HILAIRE, 1975).

Nesse contexto, vigorou na fundação das cidades coloniais goianas não o sentido de “civilização”, mas um tipo de “urbanização ruralizada”, marcada pelo ritmo do sertão, algo que, em certa medida, caracterizou o Brasil Colonial de forma geral e segue até o presente em inúmeras cidades interioranas. Em Goiás, conforme aponta Chaveiro (2004), há aquelas que ainda preservam o testemunho espacial característicos dessa fase, evidenciando em sua forma de organização e urbanização, as marcas da raiz histórica da empresa colonial mineradora.

Por ser assim, cidades esparsas, sem comunicação umas com as outras, fundavam um procedimento humano ruralizado, (...) casas com tabocas e ripas de madeiras toscas sem tratamento e acabamento industrial; era comum então ver nas casas as mesas de jirau, camas fincadas ao adobe feito com as mãos rudes e saber empírico, fogões de lenha feitos de barro vermelho, além do uso do borralho para esquentar as mãos em período de frio (CHAVEIRO, 2004, p. 98).

A debilidade nas comunicações, dado o precário sistema de caminhos, fez com que “os homens conformassem seus espaços de acordo com as peculiaridades do lugar e com as particularidades do momento” (OLIVEIRA, 2010, p. 32), resultando no nascimento de uma arquitetura própria. Oliveira (2010), historiadora que se dedicou a reler as antigas casas da fazenda goiana, assumiu a discussão da vernaculidade como forma de compreensão da arquitetura local.

De acordo do Oliveira (2010), o termo “vernáculo” refere-se às edificações nativas de determinada região, isentas de influência estrangeira, resultantes da interação entre sociedade, ambiente e cultura, conformando tradições. Segundo a mesma autora, “a arquitetura vernácula goiana nasceu, no século XVIII, do processo simultâneo de ocupação da terra, em que se mesclavam a formação dos núcleos urbanos e o estabelecimento de propriedade rurais, consolidado no século posterior. As prioridades funcionais das casas rurais eram também visíveis nas

casas urbanas goianas, sem qualquer rigor estético erudito. A “insularidade condicionou um processo de produção arquitetônica em que o pragmatismo capitaneou as soluções” (OLIVEIRA, 2010, p. 167).

O patrimônio colonial goiano, portanto, se insere, de forma significativa, nessa categoria de arquitetura vernacular. Santos e Costa (2017) ao sistematizarem um estudo conceitual do termo ‘Arquitetura Vernacular’, concluem que tal tipologia, no Brasil, utiliza materiais do ambiente natural para as edificações, variando conforme as condições geográficas, climáticas e de biodiversidade (fauna e flora) das regiões e em função de fatores históricos de ocupação, econômicos, políticos e socioculturais, apropriando-se hibridamente de saberes indígenas, africanos e portugueses. Além disso, tais técnicas construtivas são passadas de geração para geração, o que possibilitam que sejam reconhecidas como elementos de identidade cultural local.

Nesse sentido, Bertran (1999) discorda do rótulo "arquitetura colonial" para a produção arquitetônica dos primeiros séculos de colonização no Brasil, o que inclui os núcleos urbanos em Goiás, preferindo o termo "arquitetura antiga", por ser “devidamente miscigenada com inevitáveis estilos e modas do grande ramo do vernáculo ocidental - mas estruturalmente, funcionalmente e mesmo arquitetonicamente, é fundada coisa brasileira” (BERTRAN, 1999, p. 10-11). Para a arquitetura do Planalto Central, Bertran (1999) indica o vernáculo "cerrado", que seria resultado, essencialmente, das condições físicas do lugar.

Segundo Oliveira (2010, p. 130), a “herança” da urbanização transcorrida em Goiás no século XIX evidenciou um “modus vivendi”, no qual a ruralização não esvaiu por completo a experiência urbana, mas produziu uma característica híbrida e peculiar à região, que repercutiu nas edificações da época, tornando-as traços culturais da identidade indígena, negra e sertaneja. Entretanto, pouco significativas segundo os critérios da monumentalidade e excepcionalidade que a instituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional posteriormente requereriam.

### **Segunda fase: Cidades goianas rumo à modernização do território**

A modernização pode ser compreendida como uma matriz teórica fundamental para interpretar as transformações territoriais articuladas dialeticamente por sistemas político-ideológicos e técnico-produtivos. Sua dimensão

espacial faz com que muitos autores optem pelo termo “modernização territorial”, posto que, tanto o avanço das redes técnicas, fundamentais para o processo de modernização, como a diferenciação e desigualdade espacial são resultantes e condicionantes desse processo, como aponta Castilho (2017). Assim, a espacialização é uma condição essencial da modernização, é o resultado da lógica da modernidade (caráter universal) imposta aos lugares de forma particularizada, razão pela qual, outros autores, como Santos (1979) e Moraes (2005) também defendem que não existe uma única modernização, mas “modernizações”.

Por se tratar de um termo que abrange as diversas áreas da ciência e com amplo e inesgotável debate, a modernização do território goiano será analisada restritivamente dentro daquilo que se considera elementos fundamentais para pensar o próprio patrimônio. Segundo Castilho (2017, p. 62):

Identificar uma data precisa que represente o início da modernização no Brasil e, especificamente, em Goiás, é uma tarefa complexa. Na perspectiva técnica e produtiva, bem como no contexto nacional, geralmente destacam-se a chegada de ferrovias, a produção de energia elétrica (ambas no século XIX) e o processo de industrialização em meados do século XX. (...) Em Goiás, a historiografia atribui a chegada da modernização à implantação da estrada de ferro. Já os estudos territoriais atribuem-na às décadas de 1930 e 1940, com a criação de Goiânia e de projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e as décadas de 1960 e 1970, com a criação de Brasília e os processos de expansão da produção agrícola. (...) A relação estabelecida com países europeus, assim como a imposição do novo espírito baseado no cultivo à ciência, certamente influenciou o advento da modernização, não somente nas regiões litorâneas brasileiras, mas também nas porções mais centrais, como é o caso de Goiás.

No plano nacional, a República representou uma primeira fase da ideologia do progresso, da modernização e da construção do projeto de nação, cujo objetivo era garantir a unidade e identidade nacionais (MORAES, 2005). Esse contexto reverberou diretamente sobre o tratamento do patrimônio no âmbito nacional e regional, como será demonstrado.

A gradual expansão da pecuária no período pós-mineratório possibilitou a Goiás sair da dita condição de “isolamento” econômico e criar a estrutura necessária para o desenvolvimento da agricultura. Esse processo foi mediado pela ferrovia, que interligou as regiões sul e sudoeste de Goiás ao sudeste do país e o introduziu ao mercado nacional.

Oliveira (2007) explica que os avanços da rede ferroviária e a navegação do Araguaia-Tocantins resultaram da expansão da economia cafeeira paulista, promovendo o incremento do processo de urbanização de Goiás no início do século XX, com a criação da Companhia Estrada de Ferro de Goiás, como concretização das ideias “modernizantes”.

Arrais (2013) assinala que a economia aurífera fundou uma primeira rede urbana para sustentar as atividades econômicas, mas a consolidação da ferrovia dinamizou as relações mercantis, repercutiu na urbanização e na valorização fundiária e alterou o perfil socioeconômico na porção centro-sul do estado. A ligação de Goiás com São Paulo, se restringiu inicialmente ao Sul e Sudeste Goiano, resultando na separação territorial do estado em dois polos: o *eixo sul*, mais integrado, onde milhares de paulistas e mineiros penetraram com o intuito de adquirir terras a baixos preços para a agropecuária; e o *eixo norte*, “desintegrado” desta rede econômica, o que também favoreceu um desenvolvimento desigual. Já as cidades do norte de Goiás só foram efetivamente inseridas ao mercado nacional na década de 1940, com o implemento de projetos de colonização agrícola e abertura de rodovias.

O abandono de áreas exploradas por determinadas atividades econômicas é questão sumária para uma sondagem da trajetória do patrimônio material construído no século XVIII. É evidente que, apesar do projeto político econômico dedicar-se ao desenvolvimento pelas vias da integração do território nacional, no qual Goiás exerceria um papel fundamental de intercâmbio, tal projeto ao mesmo tempo teve um caráter seletivo e segregacionista. As primeiras décadas do século XIX foram determinantes para que muitos povoamentos ao norte do estado sucumbissem, e outros, ao sul, tentassem romper como passado colonial do estado.

Os caminhos traçados, tanto ao longo do período colonial e do Império, como as atuais rodovias de integração nacional e regional, nos permitem estabelecer uma correlação entre o patrimônio edificado e a urbanização do território goiano-tocantinense.

A abertura dos caminhos e desbravamento de regiões desconhecidas na antiga capitania tinha por finalidade interligar os antigos arraiais do ouro e estava submetida às atividades da mineração: fazendas, registros aduaneiros, presídios e fortificações militares, aldeamentos indígenas, pousos de tropas e boiadas e outros elementos que contribuíram para o povoamento e urbanização de Goiás (TEIXEIRA NETO, 2001).

As cidades do centro-norte goiano permaneceram com o maior vínculo econômico na pecuária, setor cuja exportação estava restrita para áreas dentro do próprio país, e que não exigia, como a agricultura, meios modernos de transporte. Já as cidades servidas pela linha de ferro se destacavam em relação aos demais aglomerados urbanos, experimentando mudanças que lhes conferiam um sentido de “urbanidade”. Ao contrário da antiga forma de povoamento (Fazenda Goiana), que originou muitas cidades em Goiás a partir do século XVIII, a ferrovia favoreceu o processo de acelerada urbanização, expansão dos núcleos já existentes, o nascimento de um conjunto de cidades e a constituição de um polo regional, no qual as imigrações provenientes de São Paulo e Minas Gerais radicaram-se no eixo sul goiano.

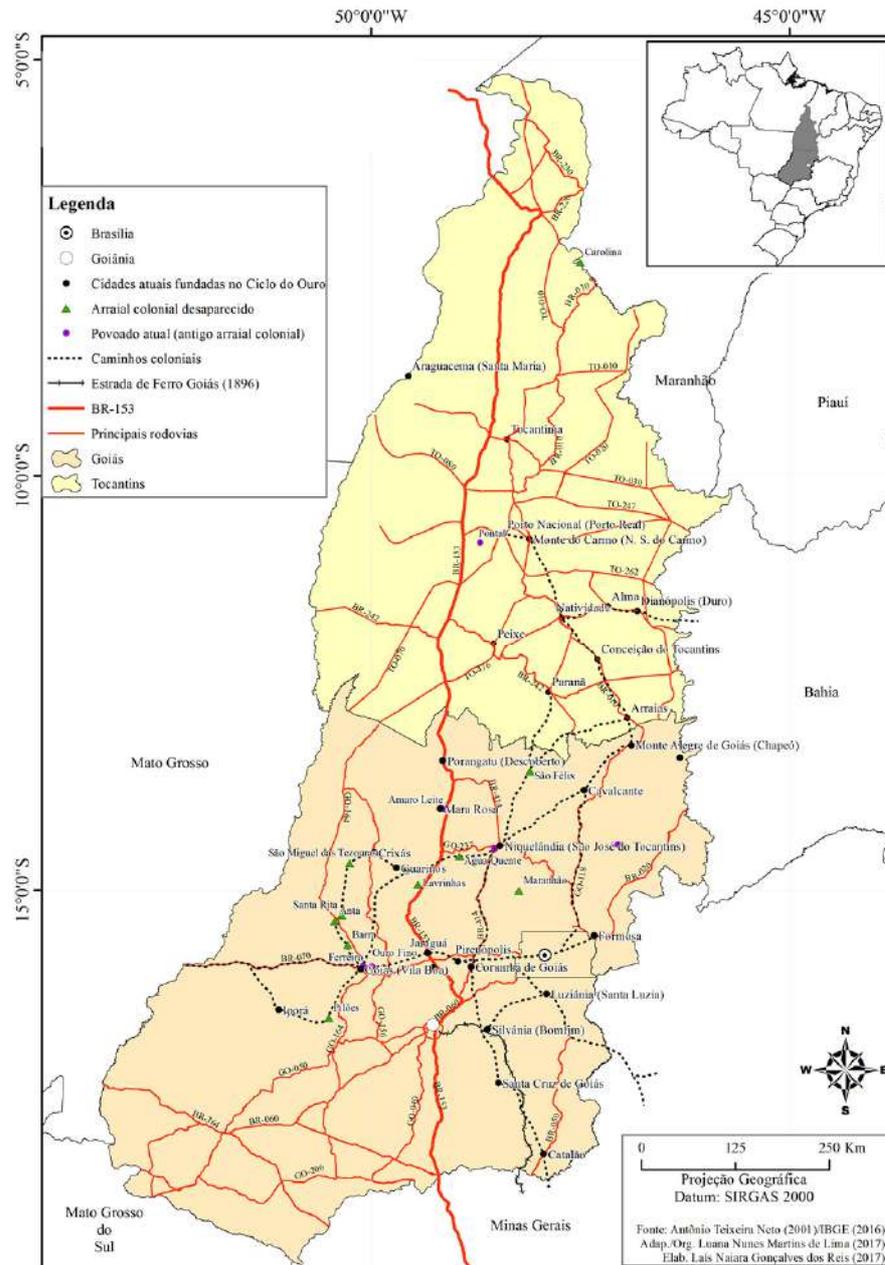
A implantação das rodovias em Goiás obedece, em seu traçado, à mesma lógica da ferrovia, ou seja, a criação de uma rede de sustentação e viabilidade social e econômica que resultou em uma urbanização acelerada, dado o esvaziamento também acelerado, do campo. Segundo Teixeira Neto (2001), o ponto de partida foi, no início dos anos 1940, com a criação das políticas de povoamento de Getúlio Vargas, na década de 1940, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), inserida no projeto da ‘Marcha para o Oeste’, responsável pela ocupação e reocupação de muitas vilas no interior de Goiás.

Em sintonia com os propósitos das colônias de povoamento agrícola, deu-se a abertura da BR-153 entre 1942 e 1948, também chamada de “Transbrasiliiana” e BR-14, no trecho entre as cidades de Anápolis e Ceres (1941-1944). O trecho completo em que a rodovia tem a designação de “Belém-Brasília” (que integra a BR-153) iniciado em 1958 no governo de Juscelino Kubitschek e concluído em 1974 (DNIT, 2009) abriu caminho para a fixação de novas áreas no norte de Goiás, em terras da União. A população da região central de Goiás foi chamada a ajudar e ocupar os “vazios” do grande território, construindo cidades e trazendo o famigerado “progresso”.

Os “caminhos reais”, de alguma forma, permaneceram vivos na paisagem geográfica, porque se transformaram em importantes vias de integração nacional ou regional. Outras vias perderam sua importância quando o ouro minguou e o caminho colonial foi aos poucos desaparecendo, conforme mostra o mapa da figura 1, elaborado a partir de Teixeira Neto (2001).

A medida que se tornaram canais de “progresso” e “desenvolvimento” (elementos que apontam para a dimensão da modernização do território), cidades

novas foram construídas às margens das rodovias e ferrovias, e outras foram “despertadas”, como fora o caso de Porangatu e Uruaçu, que aumentaram seu sítio original em direção à rodovia e centralizaram a maior parte do comércio da região, moldando sua estrutura econômica em função do eixo rodoviário da Belém-Brasília.



Fonte: Antônio Teixeira Neto (2001) e IBGE (2016).

**FIGURA 1**  
**Cidades do Ciclo do ouro e caminhos de Goiás – século XVIII às rodovias atuais**

Uma leitura atenta deste mapa nos permite encontrar na lógica das velhas estradas vicinais, não aproveitadas na construção da Belém-Brasília, apenas em outras rodovias estaduais, a relação com a imagem da cidade “esquecida”, que concentrava boa parte das edificações de interesse histórico das cidades do ciclo do ouro. Os caminhos coloniais em busca do ouro, a ferrovia, as estradas modernas como a BR-153, a GO-040 e a GO-050, além da GO-164 (Estrada do Boi), aparecem como superposições e desencontros no curso da apropriação do território. Assim, a convencionalmente denominada “integração” modificava a rota do “isolamento”. A reestruturação do espaço econômico regional resultava no surgimento e evolução de cidades segundo um novo paradigma: o agronegócio – que induziu a modernização e o esvaziamento acelerado do campo.

Na Primeira República, há uma reconstrução da decadência, desta vez na representação do “atraso” (CHAUL, 2010), cuja suposta redenção estaria nos benefícios da ferrovia. Isso não é uma hipótese simplória para a análise do patrimônio em Goiás. Antes, nos permite compreender o impacto que a mudança de pensamento no campo político-econômico gerou na forma de conceber as cidades, e como isso condicionou a negligência em relação à preservação, que só se torna pauta legislativa no Brasil, a partir da década de 1920.

A ideologia dominante e elitista, baseada em padrões europeus, apregoava a cidade “limpa”, “higienizada” e “monumental”. Nesse período, conforme Villaça (1999), as grandes cidades brasileiras foram marcadas pela tônica haussmanniana de preocupações com a saúde (higienismo), como justificativa para o rompimento com o passado colonial, para a adesão ao “moderno” e para a ascensão de uma nova classe dominante (que demandou o “embelezamento das cidades”), fatos que começaram a propiciar intervenções urbanísticas, tais quais ocorreram na Europa.

Segundo Chuva (2012), neste contexto, a imagem de um “país civilizado” associava-se ao gosto europeu, assim como o anseio por superar o atraso da cultura popular, a rusticidade dos costumes, das cidades e suas construções. Sob influência das reformas que ocorreram nas principais cidades do país, havia na modernização das cidades em Goiás um claro embate às características da cidade colonial “sertaneja” e da arquitetura vernacular. Os resíduos do modo de produção que perdurou em Goiás ao longo dos séculos XVIII e XIX mantiveram-se por um tempo, mesmo em condições adversas ao nível do país. A reconstrução da ideia de “decadência” na representação do “atraso” apregoava, portanto, a urgência pela modernização que serviria para a consolidação do Estado-nação brasileiro.

Aqueles hábitos e costumes do povo deveriam ser induzidos ao desaparecimento, do mesmo modo que os vestígios materiais do período colonial eram apagados pelas reformas urbanas realizadas. Essas estratégias de apagamento (...) se davam também na arquitetura vernacular, nas pequenas reformas em edificações particulares, nas quais eram incorporadas platibandas às fachadas dos imóveis – com isso obtinha-se um ar moderno e se escondiam os velhos telhados. (CHUVA, 2012, p. 68).

A penetração da Estrada de Ferro dinamizou não apenas a economia da parte sul e sudeste do estado, mas, sobretudo, a vida social, política e cultural. As novas cidades, às margens ou nas proximidades da ferrovia, foram construídas sob planos que traziam em seus desenhos as aspirações do conceito de cidade moderna, em cujo conteúdo simbólico, embora sintonizado a cidades do interior, estava implícito as tendências modernas do exterior. Os planos apontavam para a necessidade de malha viária composta de vias circundantes e convergentes; geometria rígida do traçado das vias, largas, retilíneas e regulares, definindo quarteirões retangulares; avenidas largas com canteiros centrais arborizados; parcelamento das quadras com definição de lotes para edificação; a fim de atender às recomendações sanitárias quanto à ventilação e iluminação dos compartimentos das moradias e que representavam novidade na paisagem das cidades goianas (FERREIRA, 2005).

607

A construção da nova capital, Goiânia, no bojo de uma construção ideológica e institucional que acompanhou a Revolução de 1930, tornou-se o símbolo maior da modernidade e do pretendido progresso, que em Goiás, representava a redenção dos lugares atrasados. Esse discurso fora reforçado no uso da Art Déco, criação estética inspirada na morfologia modernista de Paris, na década de 1930, na qual se fazia o emprego da racionalidade e da limpeza visual. A arquitetura estava à serviço da construção desse ideário moderno.

A negação do sertão e do sertanejo e a ruptura daquilo que hoje se chama “goianidade<sup>5</sup>” foram as primeiras consequências desse processo; “era preciso renegar o passado, imprimindo-lhe a conotação do ultrapassado. Assim, o chiado do carro de boi tornou-se um incômodo murmúrio, anunciando seu lento e pesado fardo também pelas ruas recém-abertas e modernas, arranhando o presente envernizado de progresso” (FERREIRA, 2005, p. 95).

A referência ao carro de boi, aludindo ao transporte utilizado predominantemente em Goiás neste período, é oportuna para a ideia posta aqui em discussão: o embate entre a modernização e a conservação patrimonial. O carro de

boi, veículo de tração bovina utilizado como forma rudimentar na produção agrícola desde a Colônia, se tornou símbolo dos romeiros do Divino Pai Eterno, condensando inúmeros significados que se referem aos valores e princípio da organização social, bem como da história regional, na qual esses grupos de peregrinos estão inseridos. Em 2016 o IPHAN aprovou o registro da Romaria de Carros de Bois de Trindade como Patrimônio Cultural do Brasil, tornando-a um dos alvos de ações de promoção e divulgação da cultura brasileira (IPHAN, 2016). Isso confirma o que Bertran (2006, p. 66) percebeu como o retorno à “goianidade” perdida, um desejo de identidade que Goiás deseja assumir tardiamente.

### **Terceira fase: Goiás entre a “modernização do território” e a “conservação do passado” pelas políticas institucionais de patrimonialização**

A modernização das cidades, a construção de Goiânia, que recebeu o título de capital moderna do sertão, e o desdobramento de ações político-econômicas de povoamento e expansão da fronteira agrícola em Goiás ocorreram simultaneamente ao Modernismo, movimento inicial que, conforme Chuva (2009; 2012), formulou as teses acerca da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Em 1916, Alceu Amoroso Lima e o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade viajaram a Minas Gerais, anunciando a necessidade de preservação do barroco e a invenção do “patrimônio nacional”. A década posterior foi marcada pelo movimento modernista no Brasil e pela criação de projetos de lei de proteção ao patrimônio histórico. Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, neste mesmo ano, amplia-se na Constituição Federal a defesa do patrimônio cultural.

A trajetória do patrimônio brasileiro estava contextualmente imersa na relação dicotômica e dialética entre “conservação do passado” e “modernização do presente”, mas fora marcada substancialmente pela segunda. Exatamente por isso, várias contradições recorrentes em todo o processo de patrimonialização no Brasil retardaram o reconhecimento do patrimônio cultural de muitas cidades e, de forma geral, impossibilitaram a conservação de seus bens, gerando um “esquecimento”. Esse processo inclusive, foi debatido nas cartas, memorandos, diretrizes de organismos internacionais e nacionais de preservação.

De acordo com Chuva (2003, p. 314), os impasses quanto aos fatores que determinariam o reconhecimento dos bens culturais surgiram desde o início do movimento.

a questão da valorização, ou não, das diferenças regionais como constituidoras da identidade nacional, que abriu um leque amplo de debates em torno das origens da nação, tornou-se um divisor de águas para as concepções que fundamentariam, posteriormente, as práticas de preservação cultural no SPHAN: para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade.

Chuva (2009) ainda denuncia a hegemonização de uma determinada prática seletiva no que se refere ao tratamento do patrimônio brasileiro tombado nos primeiros anos do SPHAN. Embora se saiba que essa prática ocorrera durante toda a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967), “a feição dada ao patrimônio histórico e artístico nacional, a qual se reproduziu posteriormente, foi delineada e consagrada ainda nas décadas de 1930 e 1940”, pois depois desse período<sup>6</sup> o número de tombamentos no território nacional reduziu drasticamente, com exceção do estado de Minas Gerais, conforme aponta a autora (CHUVA, 2009, p. 207).

Nessa primeira década, os tombamentos se iniciaram por indicações dos próprios agentes do órgão, e concentraram-se nos estados do Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%), atingindo um percentual total de 47,7% dos bens tombados em todo o período (CHUVA, 2009). Isso demonstra uma centralidade dada pela figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que colocou estes agentes como coautores dos critérios de seleção do que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico nacional.

Outros aspectos agravantes sobre esta seletividade do patrimônio no caso brasileiro são apresentados por Pelegrini (2006, p. 73):

A complexidade da proteção de um extenso e diverso acervo de bens, somado a dispersão desse patrimônio cultural em tão vasto território implicou em ações pontuais, por vezes, restritas a promulgação de leis e decretos específicos que ocasionaram desequilíbrios regionais e sociais. Tais dificuldades, justificadas pelos entraves financeiros e pelas grandes distâncias a serem vencidas, na verdade, dissimularam escolhas expressas em projetos políticos historicamente constituídos, nos quais se explicitou os bens dignos de perenidade e aqueles condenados a destruição.

O SPHAN investia no projeto de construção da “nação”, na busca de capitais simbólicos que sintetizariam a nação numa única *brasilidade*. A prática seletiva dos bens a serem descobertos e reconhecidos foi naturalmente moldada pelo discurso consagrado de Lúcio Costa de afirmação de uma origem “colonial” da nação, a partir da materialidade dada pela arquitetura. Não houve apenas a escolha dos bens, mas também uma hierarquização dos mesmos. Quatro livros de Tombo foram criados para enquadrar os bens em função de sua natureza, sem que houvesse uma hierarquia pré-estabelecida no decreto-lei n. 25/1937: Livro do Tombo de Belas-Artes, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 2015).

Chuva (2009) identificou uma significativa distinção entre eles, mostrando que foram utilizados vários critérios que impunham uma hierarquia dada pela categoria de bens por tipo de arquitetura e por localização. O registro do Livro de Belas-Artes era, essencialmente, aos bens considerados monumentais, concentrados nos principais centros urbanos das antigas colônias, bem como nas cidades históricas mineiras. A maioria absoluta dos tombamentos desse livro deu-se ainda em 1938, ano inaugural dessa prática, totalizando 49% dos registros. Já considerando todo o período, os registros exclusivos deste livro representaram 41,49% do total. Mais alarmante que estes percentuais é verificar que só no período de 1938 a 1942 foi escolhida a maior parte dos bens merecedores deste *status* das belas-artes (CHUVA, 2009).

Esta primeira leva que emoldurou o que convencionalmente atenderia aos critérios para tombamento e conservação, tornou o “valor histórico” secundário ao “valor artístico”, pois estava em jogo a excepcionalidade que definia o caráter de obra de arte. Havia a preocupação com a “construção” de uma arte brasileira que se harmonizasse aos padrões de arte universais, cuja “autenticidade” e “genuinidade” fossem aspectos centrais para distinguir os bens tombados, algo que daria legitimidade e visibilidade internacional ao patrimônio brasileiro, sobretudo pelo que foi chamado de “arquitetura de interior”, presente nas igrejas setecentistas mineiras, nas composições dos retábulos e nas obras de entalha. Também fora valorizada neste período a arquitetura jesuítica, como pode ser percebido nos primeiros números da Revista do Patrimônio do SPHAN.

O barroco, como se manifestou em Goiás, ficou registrado como pertencente a uma 2ª fase do romanicismo barroco, de meados e segunda metade do século XVII e princípios do XVIII, correspondendo às “versões populares” da primeira fase

(CHUVA, 2003), ou como já mencionado, uma “arquitetura vernacular” fora dos critérios estéticos e artísticos para as políticas de patrimonialização vigentes.

Bury (2006) esclarece que por volta de 1760, período inicial de desbravamento em Goiás, os principais núcleos auríferos de Minas Gerais já tinham se transformado em cidades de tamanho considerável, cada uma com sua imponente igreja matriz em estilo jesuítico. Novas formas barrocas e conceitos decorativos rococós vindos da Europa passaram a ser introduzidos, traçando um estilo arquitetônico original que fora batizado pelo autor de “estilo Aleijadinho”, em homenagem a seu maior expoente. Esta criação de um estilo brasileiro original na arquitetura que superou a mera imitação de modelos europeus fora considerada a “mais adequada” segundo os critérios adotados pelo SPHAN, sobretudo nos anos iniciais que concentraram boa parte dos tombamentos.

Entretanto, Oliveira (2010) defende a existência de originalidade e excepcionalidade na arquitetura colonial goiana, pois em sua produção houve uma interpretação e vivência das circunstâncias do lugar que, embora produzisse ambientes construídos semelhantes a outros, se diferiu por expressar uma experiência própria. Mas poucos bens que corresponderam a essa tipologia do SPHAN de “versão popular” foram inventariados, com dois únicos exemplares tombados em São Paulo.

Os dados da abertura de processos de tombamentos de bens em Goiás pelo IPHAN e os processos de tombamento no Brasil que se iniciaram em 1938, em grande medida, apontam para a negligência que atingiu a maior parte das cidades coloniais do estado. Com exceção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pirenópolis, inscrita no Livro de Tombo Histórico em 1941, os demais processos do SPHAN ocorreram em décadas posteriores a 1950. Mesmo o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Goiás, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Mundial só foi inscrito nos livros de tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, livro das Belas Artes e Livro Histórico do IPHAN em 1978. O conjunto arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás foi inscrito em 1954, mas de acordo com documentação consultada, houve inúmeros contratemplos, embates entre o DPHAN e a prefeitura municipal, desconhecimento por parte dos moradores e falta de fiscalização, o que permitiu a descaracterização de boa parte do perímetro tombado, de forma que atualmente a poligonal de tombamento está em processo de rerratificação.

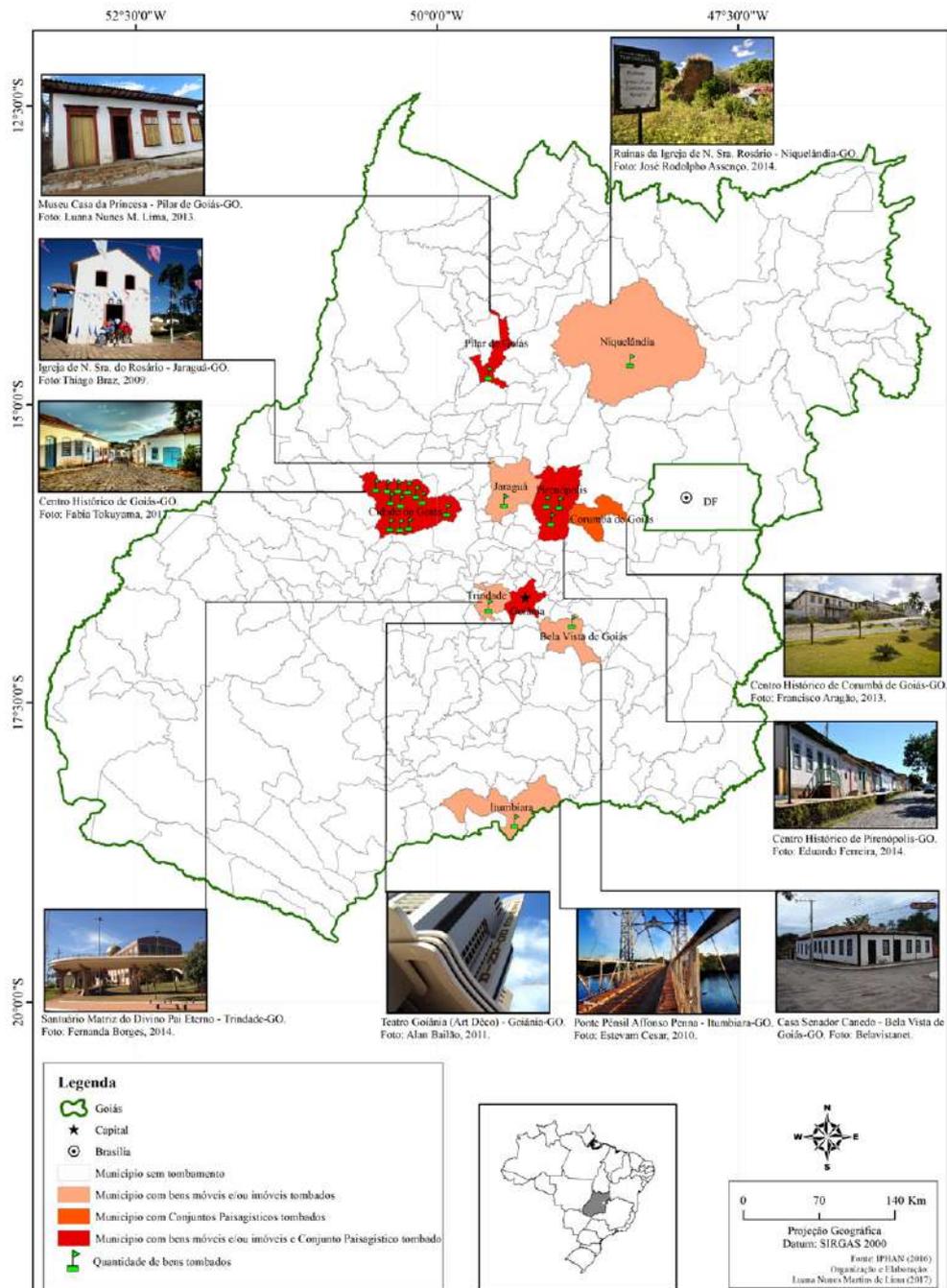
De acordo com Chuva (2009), do total de processos (deferidos ou indeferidos), 64% ocorreram somente após a década de 1980. A negligência não se caracteriza necessariamente pelo “atraso” no olhar para o patrimônio edificado das cidades goianas, mas pelas implicações deste “atraso” ante ao projeto político de modernização.

Chuva e Lavinias (2016) analisaram o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e o e o Programa de Ação Cultural (PAC) como parte da rede que implementou as políticas culturais nos anos 1970 no Brasil, de modo integrado ao setor econômico do governo, com base nas linhas do projeto desenvolvimentista orientadas para o regionalismo associado à descentralização. Para as autoras, é notório a associação entre turismo, cultura e patrimônio nos documentos analisados, bem como o foco nas primeiras décadas dos programas no desenvolvimento da região Nordeste como fruto dos benefícios esperados do incremento das atividades ligadas ao turismo, reconhecido como a saída natural para o desenvolvimento de regiões históricas empobrecidas.

Segundo Carmo (2020), em 1977 foram incluídas no PCH cidades dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. No mapeamento de identificação das cidades contempladas no PCH apresentado pela autora, as cidades goianas tidas como “históricas” só foram efetivamente contempladas por programas nacionais públicos de natureza similar ao PCH a partir da década de 1990, através do Programa Monumenta (1996-2010) e do PAC-Cidades Históricas (PAC-CH) (2013 – atual), os quais, apesar das descontinuidades temporais e dos distintos contextos políticos em que foram efetivados, mantiveram as concepções e o diálogo entre as diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal), sob acompanhamento do IPHAN. Ainda segundo o mapeamento apresentado por Carmo (2000), Cidade de Goiás, Pirenópolis e Pilar de Goiás foram as cidades contempladas por ações do Programa Monumenta, mas não na primeira fase (Intervenção Prioritária), e sim na segunda fase (Sítios Históricos Urbanos Tombados). Em relação ao PAC-CH, foram incluídas na primeira fase (Planos de Ação): Cidade de Goiás, Pirenópolis, Pilar de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Goiânia; e na segunda fase (Cidades Contempladas): Cidade de Goiás e Goiânia.

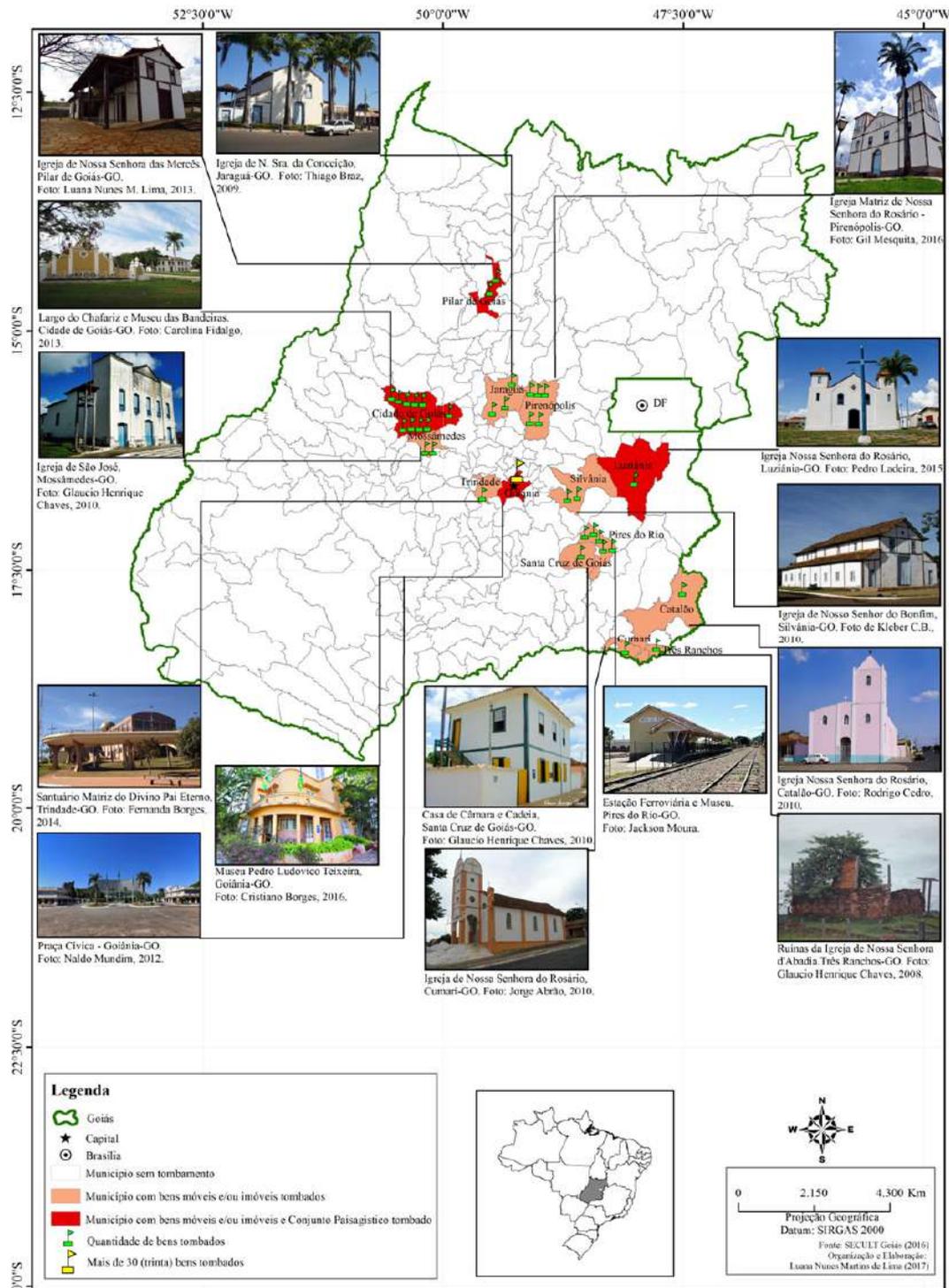
Os mapas das figuras 2 e 3 apresentam, sinteticamente, a espacialização do alcance das políticas de preservação de instância federal e estadual no território goiano e a quantificação via tombamento, de 1941 a 2016. Os dados apresentados nos mapas revelam que muitos bens foram negligenciados, mas também há a

valorização pelo tombamento (federal e estadual) de bens concentrados em poucos municípios. Isso expressa o próprio movimento dialético da história que, num diálogo entre a “modernização do presente” e a “conservação do passado”, trouxe um “despertar” para a questão do patrimônio, ainda que tardiamente, para muitos núcleos urbanos em Goiás.



Fonte: IPHAN. Arquivo Noronha Santos.

**FIGURA 2**  
**Mapa dos municípios goianos com tombamentos a nível federal (IPHAN)**



**FIGURA 3**  
**Mapa dos municípios goianos com tombamentos a nível estadual (SECULT - Goiás)**

Já na esfera do governo estadual, 100% dos tombamentos ocorreram após a década de 1980, isso porque a Lei Estadual N°. 8.915, de 13 de outubro de 1980, no governo de Ary Valadão, marcou o início da conscientização de preservação de bens históricos materiais em Goiás. Esta lei tinha como principal objetivo o tombamento de bens de referências na história da construção de Goiânia, em vista de sua crescente urbanização vertical, tais como o conjunto arquitetônico da Praça Cívica, a casa de Pedro Ludovico, o Grande Hotel e o Liceu de Goiânia. Mas de alguma forma alcançara outras cidades goianas, pois até este período nenhum bem fora tombado por iniciativa do governo do estado. Além disso, os governos municipais tinham verdadeira resistência a esses processos, por temerem apresentar entraves ao “progresso” das cidades. Estas, cresciam à sombra do anseio pela modernização, e sua população e governantes não só reproduziam obstinadamente a ideia do progresso e da integração nacional como salvação, como rejeitavam qualquer investimento em restauro.

Há registros de 1979 de que a Fundação Cultural de Goiás mencionara desenvolver o “Projeto Arquivo Histórico”, que consistia no levantamento dos arquivos de dez cidades goianas: Niquelândia, Paranã, Arraias, Pilar, Crixás, Jaraguá, Cavalcante, Santa Cruz, Catalão, Araguacema e Natividade. Era sua intenção implementar o “Projeto Ouro Velho”, um levantamento do “universo cultural” destas mesmas dez cidades. Entre as ações realizadas consta um “Encontro de Prefeitos” e a montagem de um audiovisual do “Projeto Patrimônio Histórico de Goiás”, desenvolvido em 1978 pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Social, a Superintendência de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura e o IPHAN<sup>7</sup>. Contudo, tal projeto apenas abarcou a restauração de algumas edificações consideradas de maior importância e tombadas isoladamente.

Conforme o mapa da figura 2, Goiânia, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Pilar de Goiás e Cidade de Goiás são as únicas cidades do estado que possuem um conjunto urbanístico com registros de tombamento do IPHAN, obtidos em diferentes épocas, em um ou mais Livros do Tombo do Instituto. Outros núcleos urbanos do estado tiveram bens culturais tombados isoladamente (conforme mapas das figuras 2 e 3). Entretanto, historicamente, as políticas de preservação em Goiás legaram maior ênfase e centralidade a Cidade de Goiás (antigo Arraial de Sant’ Anna) e a

Pirenópolis (antigo Arraial de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte), que adquiriram um caráter imagético e maior notoriedade midiática em âmbito regional e nacional<sup>8</sup>.

É importante salientar que, neste embate entre a modernização e a conservação, a Cidade de Goiás (antiga Vila Boa) torna-se "berço da cultura goiana" como estratégia para superar a transferência da capital para a moderna Goiânia. Com isso corrobora Delgado (2005), que acrescenta que sua visibilidade como lugar histórico e bem cultural não ocorreu apenas pela preservação de seu conjunto urbanístico de origem colonial, mas por ter sido inscrita na rede discursiva do Patrimônio Nacional, pela (re)invenção das tradições locais - empreendimento da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) - e pela monumentalização de Cora Coralina como símbolo emblemático.

### **Considerações finais: uma análise da atualidade para pensar a preservação**

As práticas de preservação que se iniciaram na década de 1930 fizeram com que muitas cidades do Brasil sertanejo assistissem, marginalizadas, a consagração das cidades históricas mineiras e do barroco como centralidade artística da estética e do pensamento.

Conquanto tenha seguido as trilhas da modernização do território, desprezando suas reminiscências coloniais no espaço urbano, numa retomada da chamada "goianidade", Goiás assume tardiamente uma identidade que transformou algumas de suas cidades em mito, para fins econômicos e culturais. Após a década de 1950, tímidos tombamentos deram início a esse processo de reconhecimento dos bens culturais edificados. Entretanto, a identidade marcada pelo sentido cultural do sertão foi sendo aos poucos reassumida como possibilidade para a própria preservação. Há quem defenda (e não poucos) que este foi o evento que reestabeleceu a autoestima da antiga capital Vila Boa, fazendo com que essa identidade sertaneja (manifesta na culinária, na linguagem, nas festas, nas tradições e nos saberes) fosse reafirmada e (re)produzida posteriormente por outras cidades do interior de Goiás. Aquele momento inaugural da atuação do SPHAN já indicava caminhos para se avaliar e considerar a influência da cultura sertaneja e vernacular no patrimônio goiano.

Enquanto na memória nacional se instaurava a ordem de uma ideologia que se impunha a todos os grupos, a memória goiana manifestava-se ritualmente e tinha como pontos de apoio as diversas tradições cultivadas por grupos sociais restritos (mas não isolados) e, predominantemente, rurais.

O discurso político-ideológico da consagração do patrimônio como expressão da identidade nacional mudou e, agora, se observa um engajamento coletivo pela preservação dos lugares históricos antes desprezados, pois “se antes o patrimônio funcionava como obstáculo do desenvolvimento, agora ele é fundamento deste” (TAMASO, 2005, p. 13).

A trajetória do patrimônio nacional, então, orientou processos territoriais e paisagísticos que deram coesão à ruralidade, como marca efetiva do patrimônio cultural goiano, como foi demonstrado por Lima (2017). O patrimônio goiano, como interpretado pela autora, é uma produção cultural sertaneja que, embora não ressoe com a mesma potência do patrimônio institucionalizado, configura um sentido próprio de patrimônio. Se constitui como símbolos e valores que se interiorizam nos sujeitos e orientam representações, visões de mundo e os próprios sentidos da vida.

A ruralidade pode ser entendida como uma categoria simbólica representativa do espaço sertanejo goiano com sua forma de organização social, de produção e de práticas simbólicas, responsáveis pela produção de parte de seu patrimônio. Embora o processo de urbanização, que fora mais intenso em algumas regiões do estado por meio da implantação de ferrovias e rodovias, tenha criado novos centros e o anseio pelo “moderno”, Goiás não rompeu com sua identidade sertaneja. Isso permitiu que muitos elementos tradicionais (costumes locais, festas, símbolos, etc) e paisagísticos permanecessem nas cidades e dessem a tônica do que seriam posteriormente apropriados como patrimônios locais.

Mesmo Goiânia, criada para ser representação do moderno e transformada numa “cidade rural metropolizada” após intensa urbanização e fluxo migratório em sua direção, manteve a raiz cultural sertaneja expressa nas múltiplas manifestações socioculturais como procissões, festas do Divino, batismo na fogueira e levantamento de mastros, folia de Reis, rodas de violeiros, dança da Catira, entre outras - o que expressa “a construção de novas ruralidades no espaço metropolizado” (MENDONÇA, 2004, p. 145).

Assim, dialeticamente, a modernização em Goiás destituiu parte significativa do acervo material urbano, mas não desmantelou a ruralidade e sua expressão,

marca efetiva do patrimônio cultural ainda preservado na arquitetura vernacular/popular de várias cidades e na diversidade de práticas e saberes. Tal constatação abre caminho para novas pesquisas que possam identificar esta relação entre o patrimônio cultural e a ruralidade no estado de Goiás.

## NOTAS

1. As reflexões desenvolvidas no artigo são resultadas de pesquisas desenvolvidas no âmbito do macroprojeto “Patrimônio Cultural e Memória em Goiás”, coordenado por Luana Nunes Martins de Lima e cadastrado na Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás.
2. Minas Goyazes compreende o atual território dos estados de Goiás e Tocantins, que se integrou em 1725 à Capitania de São Paulo. Foi assim denominada por ter sido reconhecida como “terra dos Goyases”, indígenas que habitavam o sul da região. Em 1749, o nome foi alterado para Capitania de Goiás, também em referência à etnia indígena (MARCONDES, 2011).
3. Segundo Estevam (1998, p. 64), a Fazenda Goiana apresentava características peculiares; “não se utilizava predominantemente do trabalho servil e a escravatura. (...) A organização não apresentava características básicas de formação de classes e não promovera até então, divórcio entre meios de produção e a força de trabalho. Com esses elementos característicos (...) contrastava com a fazenda cafeeira, unidade básica mercantil. Também diferentemente da fazenda açucareira de rígida hierarquia tradicional, as fazendas tradicionais goianas organizaram-se de maneira peculiar, engendrando uma ordem social bastante singular”.
4. O termo “isolamento” será adotado entre aspas pois não se pode constatar que as cidades permaneceram totalmente isoladas, quando manifestavam dependência de outras localidades e há registros históricos que atestam os deslocamentos.
5. Termo utilizado em analogia à “brasilidade”, que sugere uma propriedade distintiva do “ser goiano” a partir do contexto cultural em que se insere (FREITAS, 2011). A “brasilidade” é entendida por Moraes a partir da concepção de Getúlio Vargas como o somatório de culturas regionais do país, o que estimulou um surto de construção de identidades e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno.
6. Nesse período, os estados de Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Ceará e Maranhão não foram contemplados com tombamentos, e nem inseridos na organização dada aos novos distritos pelo Regimento Interno da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de 1946.
7. Fontes: Ofício 103/79. Arquivo do IPHAN, 1979 e Jornal O Popular, 11/12/1977 e 17/12/2017.
8. Sobre isso, Costa e Steinke (2012) pressupõem que a centralidade destes núcleos ocorre porque são lugares projetados nacional ou internacionalmente para o turismo, o que acaba induzindo uma dinâmica muito menor para outros lugares. Outro fator é a localização geográfica, Pirenópolis próxima a centralidades como Goiânia, Anápolis e Brasília, e Cidade de Goiás atraindo os fluxos da capital. Por último, a divulgação mais enfática desses núcleos dá-se em razão da chancela da UNESCO como Patrimônio Mundial, no caso da Cidade de Goiás, e pela diversidade dos atrativos naturais, no caso de Pirenópolis.

**REFERÊNCIAS**

- ARRAIS, Tadeu Alencar. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BERTRAN, Paulo (ed.). *Notícia geral da capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1997.
- BERTRAN, Paulo. *500 anos: reflexões à margem do vernáculo histórico da arquitetura brasileira*. Goiânia, 1999. Mimeografado.
- BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a modernidade. *Revista UFG*, ano VIII, n. 1, p. 62-67, 2006.
- BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. Organização de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN; Monumenta, 2006.
- CARMO, Bárbara Helena Almeida. *PCH, Programa Monumenta e PAC-CH: o patrimônio cultural na perspectiva de política pública*. São Paulo, 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.
- CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2017.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: GOMES Horieste (org.). *O espaço goiano: abordagens geográficas*. Goiânia: AGB, 2004. v. 1, p. 93-144.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, p. 313-333, 2003.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p. 67-74.
- CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 75-98, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142016000100075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100075&lng=en&nrm=iso). Acesso em: out. 2020.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Editora da UCG, 1996.
- COELHO, Gustavo Neiva. Igrejas de planta octogonal: o simbolismo barroco em Goiás no século XVIII. *LÓCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 132-148, 1997.
- COSTA, Everaldo Batista da. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade-urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 164-195, ago/2013.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418 (6), 2012. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>. Acesso em: abr. 2015.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, 2005.

DNIT. Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. *RIMA – Relatório de Impacto Ambiental da rodovia BR-153/GO*. CSL Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda., 2009.

ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

FERREIRA, Aroldo Márcio. Pires do Rio: a consolidação de uma cidade ferroviária. In: CHAUL, Nasr Fayad; SILVA, Luís Sérgio Duarte da (org.). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2005, p. 57-99.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2009.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. Goiás e Goianidade. *Aphonline*, Trindade, v.1, n. 1, p. 52-64, 2011.

IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapas e cartas bases*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: jun. 2016.

IPHAN. *Arquivo Noronha Santos*. Disponível em: [www.IPHAN.gov.br/ans](http://www.IPHAN.gov.br/ans). Acesso em: set. 2015.

IPHAN. *Romaria de Carros de Bois da Festa de Trindade (GO) é o mais novo bem cultural do Brasil*. 2016. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/go/noticias/detalhes/3807/romaria-de-carros-de-bois-da-festa-de-trindade-go-e-o-mais-novo-bem-cultural-do-brasil>. Acesso em: 26 fev. 2017.

LIMA, Luana Nunes Martins de Lima. *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência*. Brasília, 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília.

MAGALINSKI, Jan. Contribuição do elemento alienígena nos diversos campos de atividade humana no estado de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 4-6, n. 1-2, p. 127-137, 1984-1986.

MARCONDES, Javã Ivis Pinheiro. *O problema da defesa do território na Capitania de Goiás no século XVIII*. Goiânia, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudoeste Goiano*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. *Fazendas goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia: Editora DA UFG, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República*. Franca, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetória do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio & Memória*, Assis: CEDAP, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução Regina Regis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1975.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Soraia Costa dos; COSTA, Silvia Kimo. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35, p. 218-258, 2017.

TAMASO, Izabela Maria. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, Goiânia: UFG, v. 8, n. 2, p. 13-36, 2005.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 51-68, 2001.

VAN EIJK, Dries; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. Surgimento, desenvolvimento e desaparecimento da técnica taipa de pilão no Brasil. *Conservar Patrimônio*, Lisboa, n. 3-4, p. 17-24, 2006.

ESTEVAM, Luís. *Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 169-243.

**Luana Nunes Martins de Lima** é Professora Titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG), junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio e ao Curso de Licenciatura em Geografia. Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Geografia, Especialista em História Cultural e Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Tecnóloga em Gestão Turística pelo Instituto Federal de Goiás (IFG).

**Como citar:**

LIMA, Luana Nunes Martins de. Fases do patrimônio em Goiás (Brasil): da gênese colonial à tardia preservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 591-622, jul./dez. 2020. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).